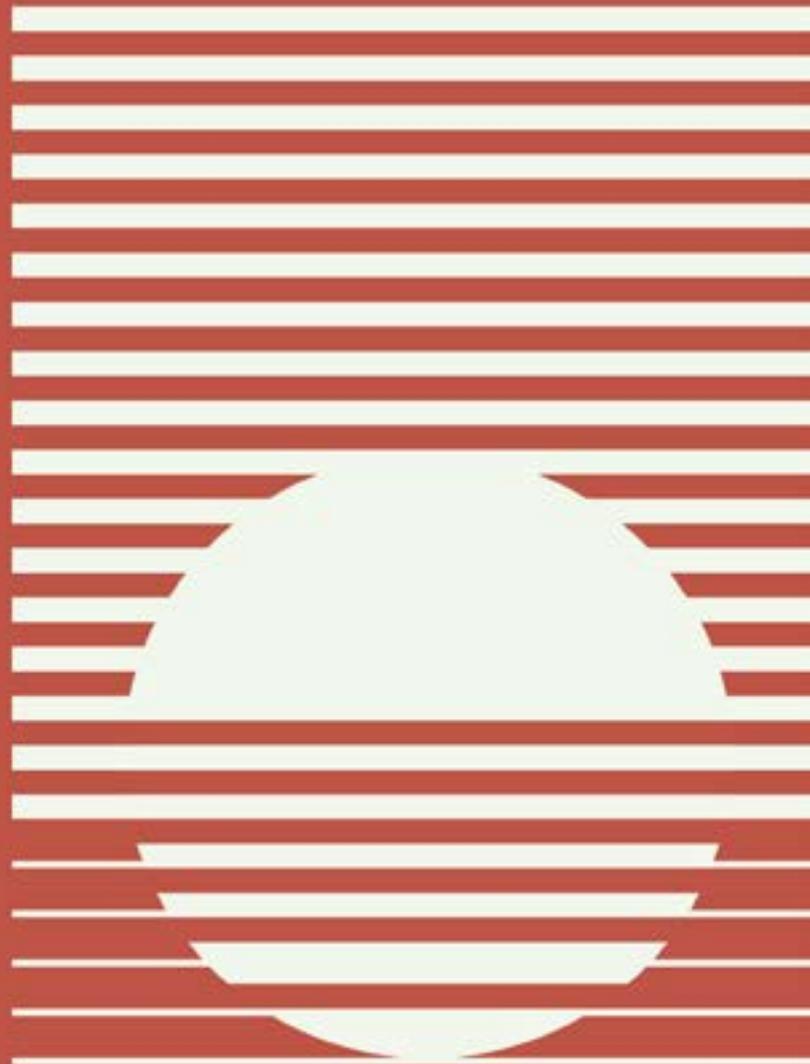


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



12
2021



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Giovanna Lucio Monteiro

Editora Adjunta: Beatriz Maciel Pontes

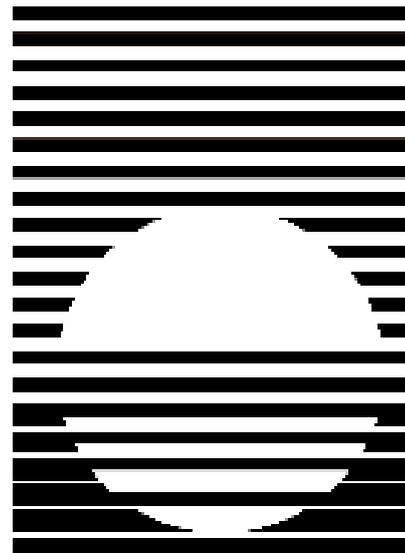
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte

Editória de Redação: Amanda Pereira Pinto, Amanda Salice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Beatriz Santos, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Giovanna Lucio Monteiro, Henrique Rabello de Carvalho, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia, Juliana de Sant'Anna Cunha, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Julia Aroni, Julia Rodrigues da Cruz Conceição, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Lucas Calabro Berti, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Nathan Oliveira, Nicolli Bernardes Ribeiro, Pedro Lange Netto Machado, Thaís Jesinski Batista

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Governo brasileiro anuncia doação de 10 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19

Em Cúpula pela Democracia, Bolsonaro defende liberdades fundamentais, porém ataca imprensa

FMI anuncia fechamento de escritório no Brasil após críticas de Paulo Guedes

Página 05

Governo da Argentina lança plano que transforma “Livro Argentino” em marca internacional

Chilenos elegem Gabriel Boric nas eleições presidenciais de 2021

Em meio a dissenso, Paraguai assume a presidência pro-tempore do Mercosul

Página 06

Realização do X Gabinete Binacional entre Colômbia e Equador gera bons resultados

Embaixador dos EUA acusa Equador de ter “narco-generais”

Página 07

Equador recebe um milhão de vacinas AstraZeneca doadas pelo México

África do Sul doa mais de 2 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19 a países continente africano

Projeto de lei anti-LGBTQIA+ no Senegal preocupa comunidade internacional e mobiliza ativistas

Página 08

China critica visões universais dos direitos humanos em Fórum Sul-Sul em meio a acusações de desrespeito por potências ocidentais

Mulheres afegãs marcham por direitos em regime liderado pelo Talibã

Página 09

Tailândia devolve refugiados birmaneses para Mianmar em meio a combate

Direitos Humanos e Liberdade Cívica na Ásia em declínio alarmante



Governo brasileiro anuncia doação de 10 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19

No dia 20 de dezembro de 2021, o ministro da saúde do Brasil, Marcelo Queiroga, anunciou que o país doará 10 milhões de doses de vacina contra a COVID-19 por meio do consórcio Covax Facility. Segundo o Ministro, existe a possibilidade de que esse número seja ampliado para 30 milhões de doses. As doações, garantiu Queiroga, não vão comprometer a estratégia de imunização no Brasil, ainda que faixas etárias menores entrem no plano de imunização, referência indireta à vacinação de crianças de 5 a 11 anos, medida que enfrenta resistência dentro do próprio governo. A doação foi chancelada pela Medida Provisória nº 1.081, emitida no mesmo dia do anúncio, que autoriza o poder executivo federal a doar imunizantes contra a COVID-19 a outros países em caráter de cooperação humanitária internacional. Também no dia 20 de dezembro, o Itamaraty divulgou em nota à imprensa a decisão brasileira de “apoiar países da América Latina, do Caribe e da África com significativa doação de doses de vacinas contra a COVID-19” e que este seria “o primeiro passo de processo abrangente de cooperação em matéria de vacinas com a região e com o mundo”. No dia 24 de dezembro, uma nova nota anunciou que o Paraguai será o primeiro país a ser contemplado com uma doação brasileira de 500 mil doses de vacinas contra a COVID-19.

Fontes: [DOU](#), 20/12/2021; [Folha](#), 20/12/2021; [Estadão](#), 20/12/2021; [MRE](#), 20/12/2021; [MRE](#), 24/12/2021.

Em Cúpula pela Democracia, Bolsonaro defende liberdades fundamentais, porém ataca imprensa

No dia 10 de dezembro de 2021, ocorreu a Cúpula pela Democracia, evento organizado pelo presidente estadunidense Joe Biden, que contou com a participação de líderes de mais de 100 países. O Brasil foi representado por Jair Bolsonaro, que enviou um vídeo para marcar a posição brasileira sobre o tema. O discurso de Bolsonaro foi caracterizado pela afirmação do compromisso do governo brasileiro com a democracia, direitos humanos, liberdades fundamentais e com o combate à corrupção. O presidente falou ainda em “forjar uma cultura de diálogo”, defendendo a liberdade de expressão em todos os meios, inclusive na internet. Apesar disso, Bolsonaro não poupou crí-

ticas à grande imprensa, como de costume, caracterizando-a como propagadora de desinformação. No que diz respeito ao combate à corrupção, Bolsonaro afirmou não haver nenhuma denúncia de atos de corrupção contra seu governo, não obstante tramitar no Supremo Tribunal Federal (STF) um processo relativo à suspeita de prevaricação do mandatário ao receber relatos de eventuais irregularidades na compra da vacina Covaxin, caso revelado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pelo Senado. O presidente ainda elogiou o que considera uma gestão transparente e responsável da Administração Pública brasileira, em que pese o fato do atual governo ter aumentado a decretação de sigilos a documentos oficiais, ter negado sistematicamente informações à imprensa e orientado ministros a omitir informações solicitadas no âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Fontes: [JB](#), 04/12/2021, [G1](#), 10/12/2021; [O Globo](#), 10/12/2021; [El País](#), 10/12/2021; [CBN](#), 10/12/2021.

FMI anuncia fechamento de escritório no Brasil após críticas de Paulo Guedes

No dia 16 de dezembro de 2021, foi anunciada a desativação do escritório do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Brasília. Após 23 anos de operação em solo brasileiro, a completa desativação do escritório está planejada para ocorrer até o dia 30 de junho de 2022. Após essa data, todo o contato com o Fundo será realizado com a sede, em Washington. A desativação do escritório se iniciou após o Ministro da Economia, Paulo Guedes, em um evento com empresários paulistas, ter criticado os modelos econométricos utilizados pelo Fundo para fazer projeções para a economia brasileira. Para o Ministro, os modelos do FMI estariam superestimando as projeções de queda do PIB brasileiro e que seria melhor “eles fazerem previsões em outro lugar”. Além das críticas de Guedes, parece estar por trás da decisão a escolha do novo economista responsável pela missão do FMI junto ao Brasil, que ocorreu sem consulta prévia ao governo brasileiro – ato que tem sido de praxe na relação bilateral. O escolhido foi o ex-chefe do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn, ferrenho crítico da política econômica conduzida pelo Planalto. Os dirigentes do FMI, entretanto, afirmam desejar continuar com as boas relações com o governo brasileiro e afirmam que a desativação do escritório já era planejada.

Criado em 1999, em meio à crise fiscal do final da década de 1990, o escritório se manteve em operação no Brasil para servir como ponto focal de diálogo do FMI com o governo brasileiro, em que pese o país ter quitado suas obrigações junto ao Fundo em 2005 e, desde então, não ter realizado novas operações externas de crédito.

Fontes: [EBC](#), 16/12/2021; [Valor Econômico](#), 16/12/2021; [Veja](#), 16/12/2021; [R7](#), 16/12/2021; [Estadão](#), 23/12/2021.

Governo da Argentina lança plano que transforma “Livro Argentino” em marca internacional

No dia 21 de dezembro de 2021, foi lançado o “Plano de Internacionalização da Marca Livro Argentino”, uma iniciativa conjunta da Cancillería, do Ministério da Cultura da Nação e da Agência Argentina de Investimentos e Comércio Internacional, que busca aprofundar a presença do setor editorial argentino no exterior durante o período de 2022-2023. Em seu comunicado de lançamento, a Cancillería afirmou que o plano consiste em ações que serão realizadas no âmbito das políticas públicas, que facilitarão a convergência e articulação de esforços com o setor editorial argentino, expandindo a capacidade exportadora da produção editorial do país. As ações serão focadas, principalmente, na comercialização de direitos de obras e na exportação de um número maior de títulos. O plano de internacionalização é uma continuação do Programa Sur, iniciativa de diplomacia cultural que, desde 2009, vem incentivando a tradução de títulos argentinos para outras línguas. Desde o seu início, o programa já subsidiou a tradução de mais de 1472 obras, para 49 idiomas. O plano também fomentará o site Argentina Key Titles, que promove a publicação de livros traduzidos. O jornal Clarín afirmou que o objetivo é transformar o “livro argentino” em uma marca internacional que represente culturalmente o país, tal qual o tango e o doce de leite, reforçando que a iniciativa faz parte de uma estratégia de nation branding da Argentina, que visa a expansão do poder brandido do país.

Fontes: [El Destape](#), 20/12/2021; [Clarín](#), 21/12/2021; [Twitter Lucrecia Cardoso](#), 21/12/2021; [La Nación](#), 22/12/2021.

Chilenos elegem Gabriel Boric nas eleições presidenciais de 2021

Em 19 de dezembro de 2021, foi realizado o segundo turno das eleições presidenciais no Chile. Com 99% das urnas apuradas, Gabriel Boric, pelo partido Convergência Social, foi eleito com cerca de 4,6 milhões de voto, representando 55,87% do total, contra 3,6 milhões de votos para o candidato do partido Republicano do Chile, José Antonio Kast, com 44,13% dos votos. Entre o primeiro e o segundo turno, a participação aumentou em torno de oito pontos percentuais, o que representa cerca de 1,2 milhão de eleitores. Com isso, Boric tornou-se o presidente mais votado da história do Chile. Em 20 de dezembro, no primeiro dia como presidente eleito, Boric participou de uma reunião com o atual presidente do Chile, Sebastián Piñera, para discutir o processo de transição entre governos e enfatizar a necessidade de avanços nas questões relativas à pandemia, à importância da reativação econômica, questões orçamentárias e a preocupação central de que não se instale a impunidade em relação às violações dos direitos humanos no Chile. Outra ação simbólica foi a visita de Boric à sede da Convenção Constituinte, no dia 22 de dezembro, onde o presidente eleito reforçou o seu apoio e compromisso com o processo histórico de promulgação da nova constituição do Chile.

Fontes: [O Globo](#), 19/12/2021; [La Tercera](#), 20/12/2021; [El Mostrador](#), 21/12/2021; [SERVEL](#), 26/12/2021.

Em meio a dissenso, Paraguai assume a presidência pro-tempore do Mercosul

Em dezembro de 2021, foi realizada a última cúpula do Mercosul do ano, quando se deu a transferência da presidência pro-tempore do bloco do Brasil para o Paraguai, representados, respectivamente, pelos presidentes Jair Bolsonaro e Mario Abdo Benítez. Programada para acontecer presencialmente no dia 17 de dezembro, em Brasília, a cúpula foi transferida para o formato virtual pelo presidente brasileiro sob justificativa de riscos de circulação da variante ômicron da COVID-19. Realizada em menos de duas horas, a reunião dos líderes dos Estados-membros versou sobre a cooperação em defesa, recuperação pós-pandemia e integração digital. Um dos principais pontos de tensão, que segue na mesa de negociação do bloco, é a proposta de redução da Tarifa Externa Comum

(TEC), que sofre com a resistência do presidente uruguaio Lacalle Pou. Pou tenta, sem sucesso, barganhar a autorização para os Estados-membros negociarem e firmarem acordos de livre-comércio extrabloco, o que bloqueia as negociações de redução da TEC ao condicionar a flexibilização do bloco. O Uruguai não assinou o comunicado à imprensa com as principais posições acordadas na reunião, mas acatou as demais declarações presidenciais elaboradas na ocasião. O Paraguai aproveitou a ocasião para propor um segundo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM II) para fomentar a melhoria infraestrutural de transportes através das fronteiras terrestres e marítimas dos países-membros do bloco.

Fontes: [O Globo](#), 08/12/2021; [G1](#), 17/12/2021; [Ultima Hora](#), 17/12/2021; [Ultima Hora](#), 17/12/2021; [ABC](#), 17/12/2021; [La Nación](#), 17/12/2021; [La Nación](#), 17/12/2021;

Realização do X Gabinete Binacional entre Colômbia e Equador gera bons resultados

No dia 17 de dezembro de 2021, foi realizado o X Gabinete Binacional, em Cartagena, evento chefiado pelos presidentes colombiano Iván Duque e equatoriano Guillermo Lasso. No encontro foram aprovados os certificados de vacinação para viabilizar maior mobilidade entre os países, bem como a abertura das pontes Rumichaca, San Miguel e Mataje, principais conexões entre os países que estiveram fechadas durante a pandemia. A reabertura da fronteira entre os vizinhos seguiu todos os protocolos de biossegurança com o intuito de reativar a passagem de produtores e viabilizar o fluxo de pessoas. A aprovação dos certificados de vacinação contra o novo coronavírus buscou impulsionar a circulação fronteiriça, o comércio e as demais atividades econômicas. Os certificados, que podem ser lidos através de um código QR por qualquer dispositivo móvel, apresentam as informações básicas sobre o cidadão, como nome e sobrenome do portador, as doses das vacinas aplicadas e seus laboratórios. Com isso, foi aberto o fluxo de pedestres e a entrada e saída de meios de transporte para os que preenchem os requisitos estabelecidos pelas autoridades sanitárias dos países e as medidas de biossegurança.

Fontes: [El Universo](#), 15/12/2021; [El Comercio](#), 17/12/2021; [El Comercio](#), 17/12/2021; [El Mercurio](#), 17/12/2021.

Embaixador dos EUA acusa Equador de ter “narco-generais”

Em entrevista ao site equatoriano Primicias, publicada em 13 de dezembro de 2021, o embaixador dos EUA no Equador, Michael Fitzpatrick, informou que seu país está revogando vistos concedidos a “narco-generais” do Equador, referindo-se a generais que estariam envolvidos com o narcotráfico. Sem citar nomes, o embaixador explicou que a ação está alinhada com a política anticorrupção do governo Biden para proteger democracias e afirmou ainda que ninguém pode se esconder atrás de uma toga de juiz para cometer crimes. No dia seguinte à publicação da entrevista, o general da Polícia Nacional, Víctor Araus, foi chamado à embaixada dos EUA com sua família para terem os vistos de seus passaportes revogados. Araus e mais três generais haviam sido destituídos de seus cargos por meio de um decreto executivo do presidente Guillermo Lasso, em 4 de agosto de 2021, por não terem cumprido com os requisitos de uma avaliação de comportamento, porém a juíza penal Verónica Medina anulou a decisão, em 8 de dezembro do mesmo ano. Em 15 de dezembro, a comandante da Polícia Nacional, Tannya Varela, declarou que iniciará investigações sobre as contas bancárias e os bens de todos os generais promovidos desde 2016 e pediu que os atuais tenham seus vistos notariados. Por sua vez, no mesmo dia, a ministra de governo, Alexandra Vela, enviou uma carta ao embaixador dos EUA informando que, com o apoio do ministério da defesa, pediria aos órgãos de controladoria e fiscalização que investiguem os 19 generais da Polícia Nacional e suas famílias, assim como que façam uso de mecanismos de cooperação penal internacional para trocarem informações com o país norte-americano. Em 21 de dezembro, Guillermo Lasso, em entrevista à imprensa, lamentou a desconfiança lançada sobre as instituições de segurança, em um momento de escalada de crimes ligados ao narcotráfico no Equador. Em outra entrevista, dada em 4 de novembro, Lasso havia se declarado a favor de um Plano Equador (em referência ao Plano Colômbia), que contasse com apoio dos EUA, da Colômbia e da União Europeia para fortalecer a polícia nacional e as forças armadas no enfrentamento do crime organizado.

Fontes: [Primicias](#), 13/12/2021; [El Mercurio](#), 13/12/2021; [El Comercio](#), 15/12/2021; [El Universo](#), 15/12/2021; [El Universo](#), 21/12/2021.

Equador recebe um milhão de vacinas AstraZeneca doadas pelo México

No dia 16 de dezembro de 2021, o Ministério da Saúde do Equador recebeu um milhão de vacinas AstraZeneca doadas pelo governo mexicano, por meio de uma iniciativa de cooperação solidária que visa ampliar o acesso equitativo e universal das vacinas. Essa é a maior doação de vacinas que o país recebeu do México e a chegada das doses ocorreu no Aeroporto Mariscal Sucre, em Quito, por meio de um avião da Força Aérea mexicana. Na entrega das vacinas estiveram presentes o vice-presidente, Alfredo Borrero, o diretor geral de Organismos e Mecanismos Regionais Americanos, Efraín Guadarrama Pérez, a embaixadora do México no Equador, Raquel Serur Smeke e representantes da chancelaria de ambos os países. O Equador afirmou que a doação permitirá reforçar o plano de vacinação contra a COVID-19, principalmente a aplicação de doses de reforço. Tal iniciativa se insere no âmbito da diplomacia das vacinas mexicana e reforça as relações bilaterais entre os Estados. O Equador já recebeu mais de 3,7 milhões de doses provenientes de doações de outros países, como do Chile, dos EUA, da China e do Canadá.

Fontes: [El Universo](#), 16/12/2021; [El Comercio](#), 17/12/2021; [El Mercurio](#), 17/12/2021.

África do Sul doa mais de 2 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19 a países continente africano

No dia 17 de dezembro de 2021, o governo sul-africano anunciou a assinatura de um acordo para doação de 2.030.400 doses da vacina contra a COVID-19, fabricada pela Johnson & Johnson, para outros países africanos. A doação, no valor de 288,6 milhões de rands, foi feita via Fundo para o Renascimento Africano (ARF) para o Fundo Africano de Aquisição de Vacinação (AVAT). O AVAT foi criado logo após o estabelecimento, no âmbito da União Africana (UA), da Força Tarefa para Aquisição de Vacinas, em novembro de 2020, quando o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, ocupava a presidência da organização regional. As vacinas que deverão ser doadas serão produzidas na África do Sul, pela farmacêutica Aspen, em sua fábrica na cidade de Gqeberha, também conhecida como Porto Elizabeth, e serão disponibilizadas aos países africanos, ao longo de 2022, através da Plataforma de Suprimentos Médicos Africanos (AMSP) da UA. Em comunicado conjunto com a Força Tarefa da UA, Ramaphosa afirmou que a doação representa a solidariedade do seu país com seus irmãos e irmãs do continente. O

presidente reforçou ainda a necessidade de ampliar a vacinação na África como única maneira de prevenir a transmissão de COVID-19 e proteger as economias e sociedades do continente. A ministra das Relações Exteriores e Cooperação sul-africana, Naledi Pandor, destacou o protagonismo do país à frente da UA, dando início a uma resposta coordenada do continente para enfrentar os desafios imediatos aos sistemas de saúde pública e mitigar a crise econômica e humanitária da pandemia. O Enviado Especial da União Africana, Strive Masiyiwa, disse que a doação da África do Sul será distribuída diretamente para os países mais pobres do continente. O anúncio da doação foi feito em meio ao aumento do contágio pela variante ômicron em diversos países africanos, considerada a quarta onda da pandemia na África.

Fontes: [The South African](#), 17/12/2021; [Iol](#), 17/12/2021; [Business Day](#), 17/12/2021.

Projeto de lei anti-LGBTQIA+ no Senegal preocupa comunidade internacional e mobiliza ativistas

No dia 13 de dezembro de 2021, foi divulgado um projeto de lei elaborado por membros do poder legislativo do Senegal, cujo objetivo é aumentar a repressão contra a população LGBTQIA+ no país. O projeto prevê o aumento das penas de prisão para pessoas envolvidas em relações do mesmo sexo de cinco para até 10 anos, o que pode criminalizar, inclusive, as pessoas intersexo. Além disso, também promove a punição de defensores de direitos humanos e profissionais que trabalharem em contato próximo com esse público, estando sujeitos a uma pena de três a cinco anos de prisão e multa entre 500 mil e 5 milhões de francos CFA em razão de atividade relacionada à agenda LGBTQIA+. De acordo com dados referentes ao ano de 2020, divulgados pela International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA), as prisões e processos judiciais contra pessoas LGBTQIA+ e apoiadores aumentaram consideravelmente no Senegal. Djamil Bangoura, um ativista senegalês, em entrevista ao portal midiático Reuters, afirmou que quando as liberdades individuais, em particular a mais sagrada - privacidade entre adultos consentidos - são atacadas, a democracia está em perigo. O ativista tem sido um dos principais nomes a fazer pressão internacional para repudiar o projeto de lei, em conjunto com o Coletivo Free Sénégal. No parlamento de Gana

também está sendo debatido um projeto de lei semelhante, cujo objetivo é a criminalização de atos em favor da população LGBTQIA+, tais como a mobilização para o auxílio às minorias sexuais, bem como a realização de doações e manifestações favoráveis em redes sociais.

Fontes: [Africa News](#), 24/05/2021; [Reuters](#), 13/12/2021; [76 Crimes FR](#), 14/12/2021; [Washington Post](#), 14/12/2021; [Pink News](#), 17/12/2021.

China critica visões universais dos direitos humanos em Fórum Sul-Sul em meio a acusações de desrespeito por potências ocidentais

No dia 8 de dezembro de 2021 ocorreu o terceiro Fórum Sul-Sul de Direitos Humanos em Pequim, contando com representantes de países em desenvolvimento e de organizações internacionais. O evento contou com participações presenciais e virtuais e teve como tema “Colocando as Pessoas em Primeiro Lugar e Governança Global de Direitos Humanos”. Durante o encontro, foram discutidas abordagens sobre a cooperação Sul-Sul e direitos humanos em diferentes países na era pós-COVID. O presidente chinês Xi Jinping, em carta lida pelo chefe do Departamento de Publicidade do Partido Comunista Chinês (PCC), Huang Kunming, argumentou que a cooperação Sul-Sul é uma iniciativa que busca fortalecer a relação entre os países. No documento, Jinping anunciou que seu país está disposto a se envolver com outros Estados em desenvolvimento a fim de estimular valores da humanidade, atuar multilateralmente e ajudar no aprimoramento dos direitos humanos internacionais. Além disso, Xi enfatizou que as práticas de direitos humanos são variadas e que as nações têm o direito e o dever de escolher qual forma de desenvolvimento dos direitos humanos melhor se encaixa às particularidades nacionais. Ademais, foi anunciado pelo professor de direitos humanos e direito internacional da Universidade de Ciência Política e Direito do Sudoeste, Zhu Ying, que a China não visa impor seus valores a outras nações, mas sim respeitar o ambiente interno, as culturas e condições, cooperando para um crescimento por meio da equidade e confiança mútua. O diretor do Instituto Chinês da Universidade Fudan em Xangai, Zhang Weiwei, citou como

exemplo a intervenção do modelo norte-americano no Estado do Afeganistão que resultou em miséria e deslocamentos, violando os direitos humanos. Essas declarações vêm em um momento em que a China sofre pressões internacionais e boicotes diplomáticos aos Jogos Olímpicos de inverno, programados para fevereiro de 2022 em Pequim. Estados Unidos e alguns países europeus usam as olimpíadas como meio de denúncia à política chinesa para os direitos humanos, em especial para Xinjiang.

Fontes: [BBC](#), 06/12/2021; [Global Times](#), 08/12/2021; [News cgtm](#), 09/12/2021; [Europa Press](#), 09/12/2021; [Notimérica](#), 10/12/2021.

Mulheres afegãs marcham por direitos em regime liderado pelo Talibã

No dia 4 de dezembro de 2021, o Talibã, que governa o Afeganistão desde agosto do mesmo ano, emitiu um decreto sobre “os direitos das mulheres”. O gesto foi percebido como uma resposta do governo afegão à pressão internacional para ampliação de direitos das mulheres e pela suspensão das restrições impostas à circulação feminina no país. O decreto estabelece regras que regem o casamento, sinalizando, por exemplo, que as mulheres não devem ser forçadas ao matrimônio e que as viúvas têm uma parte na propriedade dos maridos. No entanto, o decreto não representa um avanço significativo nas pautas defendidas pelas mulheres afegãs, sendo apenas uma sinalização vazia à comunidade internacional, pois não menciona questões relacionadas à educação e ao trabalho das mulheres e meninas. Em sentido oposto, no dia 16 de dezembro, centenas de mulheres foram às ruas de Cabul, capital do Afeganistão, para exigir direitos sociais e políticos. Entre as demandas estão: maior acesso à educação, maiores oportunidades de trabalho e aumento da representatividade política. Durante a marcha, previamente autorizada pelo governo, as mulheres entoaram as palavras de ordem “Comida, carreira e liberdade”. Embora tenham saído às ruas, as manifestantes relataram o receio de futuras retaliações do regime Talibã. No entanto, a pressão pela ampliação de direitos e pela garantia de representatividade fez com que elas mantivessem suas reivindicações constantes, como um ato de resistência às restrições impostas nos últimos quatro meses.

Fontes: [CNN](#), 04/12/2021; [France 24](#), 16/12/2021; [Pragmatismo Político](#), 17/12/2021.

Tailândia devolve refugiados birmaneses para Mianmar em meio a combate

No dia 19 de dezembro de 2021, o governo da Tailândia devolveu mais de 600 refugiados birmaneses ao seu país de origem, que tinham entrado no território tailandês fugindo do conflito armado. Os conflitos entre o governo birmanês e a União Nacional Karen (UNK) tiveram início em 1949 pela independência e pela autonomia do estado birmanês de Karen, mas na última década haviam aproximado suas relações. Porém, a Junta Militar orquestrou, em 1º de fevereiro, um golpe militar alegando fraude eleitoral após a vitória com maioria absoluta da Liga Nacional pela Democracia (NLD) - mesmo os observadores internacionais considerando as eleições legítimas. Houve, inclusive, o encarceramento da vencedora do prêmio Nobel da Paz e líder de fato do país, Aung San Suu Kyi, no mesmo mês, sendo que o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUR) definiu a sentença como uma farsa. Neste cenário, Mianmar tem sido palco de protestos pacíficos, além da ação de milícias civis e guerrilheiros étnicos, que lutam contra os militares no poder há décadas. A Junta militar tem usado da violência contra os dissidentes, somando mais de 1300 mortes, conforme dados de uma organização ativista birmanesa. Segundo informação do governo tailandês, mais de 2500 birmaneses buscaram refúgio na cidade de Mae Sot, no noroeste da Tailândia, sendo 545 crianças deste total, a maior parte advinda da região de Lay Kay Kaw, local em que os combates são mais intensos. O diretor da organização Human Rights Watch na Ásia fez um apelo ao governo tailandês para que não pressione os refugiados a retornarem, uma vez que os civis têm sido alvo dos militares, apesar do exército birmanês negar que isso aconteça. O ACNUR pede que a Tailândia proteja os refugiados birmaneses, pois quem foge de perseguição e violência não deve ser devolvido, colocando suas vidas em risco.

Fontes: [BBC](#), 01/02/2021; [G1](#), 06/12/2021; [Notícias Del Mundo](#), 19/12/2021; [Swiss Info](#), 20/12/2021; [Europa Press](#), 21/12/2021.

Direitos Humanos e Liberdade Cívica na Ásia em declínio alarmante

Em 8 de dezembro de 2021, o relatório da CIVICUS, organização não governamental que, entre outras atividades, monitora as ações da sociedade civil organizada pelo mundo, apontou que os países do continente asiático vivem sob constante repressão e ataques aos Direitos Humanos. O site da CIVICUS atualiza, quase que diariamente, os dados sobre o estado da liberdade da sociedade civil em 196 Estados. A plataforma classifica a situação dos países em fechada, reprimida, obstruída, estreitada ou aberta, com base em pesquisas e análises locais, demonstrando quais são os Estados mais autoritários e violadores das liberdades individuais, em quais há ameaças sérias, imediatas ou emergentes do espaço cívico, e os Estados mais democráticos. Figurando na lista dos países mais fechados estão Vietnã, China, Coreia do Norte, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã e Iraque, por exemplo. Na lista dos países classificados como repressivos estão Índia, Afeganistão, Paquistão, Filipinas, Mianmar, entre outros. Mianmar, no entanto, vem sendo observado com especial preocupação desde o golpe de estado executado no país por sua força militar Tatmadaw, no dia 1º de fevereiro de 2021, que derrubou o governo eleito da Presidente Aung San Suu Kyi (Liga Nacional pela Democracia), sob alegações de fraude nos votos. Desde então, houve uma escalada na intensidade de atos contra os direitos humanos no país. Segundo a Assistance Association for Political Prisoners (AAPP), entidade birmanesa de direitos humanos, desde o início do governo da Junta Militar, mais de 8 mil birmaneses foram presos, acusados ou sentenciados e mais de 1.300 foram mortos. De acordo com o relatório da Anistia Internacional, as violações mais comuns no país são: assassinatos de religiosos e políticos, prisões arbitrárias, tortura, recrutamento de crianças para grupos armados, violação à liberdade de expressão, negação de ajuda humanitária e ataques às mulheres e à comunidade LGBTQIA+. Segundo a CIVICUS, mais de 70% dos países do mundo tem a situação classificada como fechada ou repressiva e no continente asiático, que concentra a maior parte dos países fechados, o único local classificado como aberto é Taiwan.

Fontes: [Al Jazeera](#), 08/12/2021; [CIVICUS](#), 08/12/2021; [ONU News](#), 10/12/2021; [ONU News](#), 15/12/2021; [AAPPB](#), 10/12/2021.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

